



II Congresso Ibero Americano de  
**Gestão Integrada de Áreas Litorais**  
FLORIANÓPOLIS • SANTA CATARINA • BRASIL

# DECLARAÇÃO DE FLORIANÓPOLIS



2016

# DECLARAÇÃO DE FLORIANÓPOLIS 2016

## TEMA

Governança para os ecossistemas costeiros e oceanos da América Latina

### Introdução

Passados quatro anos da Declaração de Cádiz, resultado principal do I Congresso Ibero-americano de Gestão Integrada de Áreas Litorais- I GIAL (<http://hum117.uca.es/grupogial/paginas/cursosymaster/icongresogialiberoamerica/Declaracion/>), suas preocupações e propostas seguem sendo válidas e vigentes. A tremenda pressão causada pela crescente ocupação e uso intensivo por bilhões de pessoas do litoral ibero-americano tem causado a perda ou a degradação de muitos de seus ecossistemas, afetando gravemente sua qualidade e o bem-estar das comunidades costeiras que deles dependem de formas diversas. Esse assunto tem sido objeto de preocupações e medidas expressas das nações em vários acordos internacionais, desde o Capítulo 17 da Agenda 21 da Conferência do Rio de 1992, até os artigos 158 a 180 da Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável (Rio + 20). Além do mais, as áreas costeiras e marinhas na região evidenciam uma realidade insustentável, sendo os avanços relacionados com um melhor governo, vinculado com a planificação e gestão integrada desses espaços, claramente insuficientes.

Os mares e as costas da Ibero-américa têm sofrido, de forma crescente, os efeitos da escassez de energia, do câmbio climático global, do modelo econômico dominante, na crescente desigualdade na distribuição da riqueza, do notável crescimento da população e a perda de serviços promovido por ecossistemas. Esta problemática gera um panorama complexo de difícil solução, que devemos todos abordar para que a sustentabilidade se estabeleça, de fato, nos espaços socialmente estratégicos. Nesse sentido, segue havendo a necessidade de um movimento ibero-americano, em permanente harmonia com as iniciativas globais, para conter a crescente deterioração dos ecossistemas marinhos e costeiros, que garanta sua integridade e estabeleça um padrão próprio de governança capaz de assegurar os serviços desses sistemas para o bem-estar duradouro das comunidades.

Entre os dias 03 e 07 de maio de 2016, 454 cientistas, gestores, servidores públicos, funcionários, empresários, acadêmicos e representantes de organizações não governamentais de 16 países da Ibero-América se reuniram em Florianópolis – Santa Catarina, Brasil, para a realização do II Congresso Ibero-americano de Gestão Integrada de Áreas Litorais (II GIAL - <http://www.congressogial.com/>). Nesse grande encontro, o conjunto de todos os participantes reiterou seu apoio à Declaração de Cádiz, fazendo o lançamento desta Declaração de Florianópolis, que, como a anterior, é sobre tudo, mas não unicamente, dirigida aos líderes políticos e de organizações nacionais, regionais e internacionais. Ela, de forma propositiva, busca contribuir ao estabelecimento e fortalecimento da governança que demanda a sustentabilidade das costas e oceanos da Ibero-América.

## Texto da Declaração

O II Congresso Ibero-americano de Gestão Integrada de Áreas Litorais enfatizou o enfoque da governança para os ecossistemas das costas e oceanos da Ibero-América, destacando a necessidade de uma gestão com base ecossistêmica. A gestão com base ecossistêmica, ou EBM (suas siglas em inglês), é um enfoque que combina os seres humanos com a saúde do meio ambiente, já que os ecossistemas proporcionam valiosos serviços naturais ou "serviços ecossistêmicos" para as comunidades humanas, reconhecendo sua complexidade, suas conexões, os vínculos com a terra e com a água doce, assim como sua integração com a sociedade. Sua aplicação no meio marinho e costeiro é relativamente nova e se estabelece em resposta ao estado de progressiva deterioração desses sistemas naturais. A manutenção dos serviços desses ecossistemas é essencial para a preservação da biodiversidade e das atividades socioeconômicas na região.

No entanto, desde a Declaração de Cádiz, já há quatro anos, algumas questões inquietantes permanecem hoje presentes no contexto ibero-americano e mundial, como os efeitos nocivos na saúde dos ecossistemas costeiros e marinhos e nas sociedades que deles dependem de maneira decisiva. São problemas de fundo, tensores de especial importância que urge uma gestão integrada destas áreas. Entre eles se destacam:

- A crescente perda dos ecossistemas costeiros e marinhos e seus serviços, com reflexo na integridade ambiental e no bem-estar humano, gerada pela aplicação das ideias políticas e econômicas que não se centram no bem-estar duradouro das sociedades, entre elas as que vivem e dependem das costas e do mar. Tais práticas têm demonstrado, pelo menos durante meio século, sua falha e incapacidade de oferecer respostas substantivas aos problemas complexos dos oceanos e costas, como também indica a resolução da Conferência Rio+20 (2012).
- O uso histórico crescente da abundante matriz de energia fóssil não renovável, que vem afetando notadamente a estrutura e a saúde dos ecossistemas marinhos e costeiros.
- Persistente desigualdade na distribuição de salários e rendas. Desaceleração no processo de redução da pobreza. Indigência e crescente inequidade social.
- Ainda persiste o distanciamento entre o âmbito da Ciência e da Política no processo de tomada de decisões. Destaca-se a ausência de uma linguagem integradora que se oculta por detrás de uma comunicação centrada, exclusivamente, em termos e conceitos acadêmicos ou científicos. Não há conectores robustos entre Ciência e Política.

Com base na análise e diagnóstico até aqui indicados, que sintetizam os resultados de múltiplas e diversas investigações apresentadas por NÓS, os 454 participantes de 16 países ibero-americanos no II GIAL, as seguintes ações são as que CONSIDERAMOS importantes e necessárias:

**(1)** Assumirmos, em primeiro lugar, que a economia é, antes de tudo, uma disciplina social, que ela não é uma dimensão ou componente da sustentabilidade quando considerada fora da esfera social e, portanto, que está também fortemente implicada na obtenção do bem-estar duradouro das sociedades que dependem das costas e do mar.

**(2)** Entender a relação final entre a qualidade de vida da sociedade com a quantidade e qualidade dos serviços prestados pelos ecossistemas marinhos e costeiros.

**(3)** Assegurar a participação cidadã para garantir a legitimidade dos processos de desenho e formulação de políticas públicas, normas e instrumentos para a gestão costeira e marinha integrada, assunto essencial da Governança desses espaços.

**(4)** Promover, realizar e divulgar experiências locais exitosas de gestão marinha e costeira integrada na Ibero-américa, de maneira que possamos demonstrar caminhos apropriados e respostas adequadas aos complexos problemas dos espaços costeiros e marinhos na região.

**(5)** Contribuir à formação dos administradores com responsabilidade em ações governamentais de costas e oceanos, em especial aos tomadores de decisão, através de programas de especialização, graduação e pós-graduação, tendo preocupação com a excelência de sua qualidade, sua equitativa distribuição geográfica e sua permanente conexão com os problemas reais na escala local.

**(6)** Trabalhar pelo fortalecimento político e técnico das administrações públicas, em todas as escalas, com competências vinculadas com a gestão integrada dos espaços costeiros e marinhos na Ibero-américa, favorecendo, tanto a consolidação das instituições, o estabelecimento de mecanismos eficazes de coordenação e de cooperação, assim como a implantação de melhores instrumentos para a participação pública no âmbito da governança.

**(7)** Continuar atendendo as dez recomendações propostas na Declaração de Cádiz (2012), reconhecendo a plena vigência e relevância das questões nela colocadas.

RENOVAMOS também nesta Declaração as Metas Estratégicas da iniciativa Ibero-americana de MCI (Manejo Costeiro Integrado) impulsionadas, desde o ano 2012, pela Rede Ibero-americana de Manejo Costeiro Integrado (IBERMAR), que são:

- Meta 1: Construir um sólido sistema de alianças que promova um modelo de governança pensado para o bem-estar humano duradouro no espaço costeiro e costeiro ibero-americano.
- Meta 2: Ajudar na busca da melhor combinação de instrumentos para o avanço do MCI na Ibero-américa.
- Meta 3: Facilitar as capacidades e recursos necessários para que a iniciativa de MCI progrida e perdure no tempo, chegando a todos os países e territórios da região que desejem incorporar-se a ela.

A expectativa dos 454 participantes do II GIAL é que esta declaração seja acolhida e considerada pelos políticos tomadores de decisão, diretores de agências governamentais, assim como acadêmicos, pesquisadores e responsáveis de organizações da sociedade civil com competências e compromissos orientados à obtenção da sustentabilidade ecológica e ao bem-estar duradouro das sociedades costeiras na Ibero-américa. Ela pretende, mais que nada, expressar a grande preocupação e o compromisso coletivo para que voltemos a ter, em toda a região, ecossistemas costeiros e marinhos saudáveis, capazes de suportar, de forma permanente, atividades econômicas sustentáveis, garantindo, ao mesmo tempo, uma vida digna para todos, um desenvolvimento inclusivo e a conservação do notável aspecto multicultural do litoral desta região

Finalmente, se espera que as ações propostas contribuam para estabelecer conectores mais robustos entre os governos, as administrações públicas, o mundo acadêmico e das pesquisas, as organizações de base, os movimentos sociais e as Organizações não-Governamentais, organizações com responsabilidade e relacionadas, em maior ou menor medida, com o planejamento e gestão dos ecossistemas marinhos e costeiros da Ibero-américa.

**Florianópolis, Julho de 2016**